

Entrevista

Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves

Interview

To de-colonize of our concepts - a prerequisite for sustainability: A conversation with Carlos Walter Porto-Gonçalves

Por Mônica Nogueira

ENTREVISTA

Carlos Walter Porto-Gonçalves é um dos intelectuais brasileiros que mais se dedicou à reflexão sobre as condutas de territorialidade de populações tradicionais, especialmente extrativistas. Em reconhecimento à sua obra e ao papel que desempenhou na projeção do movimento seringueiro, foi agraciado, em 2004, com o Prêmio Chico Mendes, na categoria Ciência e Tecnologia, do Ministério do Meio Ambiente. Em 2008, recebeu o Prêmio Casa de Las Américas (Cuba) por seu livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*¹.

Após anos dedicados a pesquisas na Amazônia, Porto-Gonçalves estabeleceu interlocuções intelectuais com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças e pesquisadores identificados com o campo socioambiental do Cerrado. Desde meados da década de 1990, o inquieto e ousado intelectual incorporou ao seu repertório reflexões sobre os movimentos de resistência de populações tradicionais do Cerrado aos processos de modernização conservadora do território do bioma, que implicam em expropriação territorial e degradação ambiental.

Em uma manhã de julho de 2014, Porto-Gonçalves concedeu à *SeD* a entrevista a seguir. Na ocasião, defendeu o reconhecimento dos saberes tradicionais de povos indígenas, quilombolas e camponeses como um imperativo ético-político em favor da sustentabilidade do Cerrado. São ‘saberes do detalhe’, segundo ele, porque resultam de sofisticadas adaptações ecológicas a ambientes diversos, especialmente os ambientes de transição do Cerrado com outros biomas.

A entrevista coloca questões de fundo sobre as relações entre populações tradicionais, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. A discussão dessas questões auxilia no reconhecimento de sentidos presentes no agroextrativismo, extrapolando em muito a dimensão econômica.

SeD - Um dos marcos de sua trajetória intelectual são as pesquisas que o senhor realizou sobre o movimento seringueiro na Amazônia, entre os anos 1970 e 1990. Anos mais tarde, o senhor esteve em contato também com extratores do Cerrado. Nesse trânsito entre a Amazônia e o Cerrado, o senhor identificou algum aspecto comum que auxilie na compreensão da experiência histórica dos extratores nesses dois biomas?

CWPG - O meu convívio com Chico Mendes, nos anos 1980, sem dúvida repercute ainda hoje na forma como eu encaro as questões relativas à conservação da Amazônia e, por extensão, de outros biomas. Chico Mendes era um homem brilhante! Uma de suas afirmações mais reveladoras foi que “não há defesa da floresta, sem os povos da floresta”. Quer dizer, ele introduziu o componente do conhecimento acumulado sobre o bioma, como condição para a sua conservação. Essa foi uma ideia muito forte e da qual eu já vinha me aproximando por meio da pesquisa, desde os anos 1970, mas que adquiriu solidez e clareza para mim com essa frase de Chico Mendes.

Eu percebo isso como um princípio extensivo a qualquer bioma, a qualquer ambiente. Significa afirmar que o conhecimento que se tem sobre um ambiente é fundamental para a sua conservação. Mas, infelizmente, a nossa sociedade sofre de uma significativa limitação em sua compreensão sobre esse aspecto, por só levar em consideração o conhecimento científico ou uma matriz de pensamento construída a partir da Europa Ocidental, nos últimos 200 anos. Trata-se de uma concepção do conhecimento etnocêntrica, que nega outras matrizes de pensamento e sistemas de conhecimentos.

No que diz respeito ao agroextrativismo, que é o tema que nos interessa aqui, vale lembrar que todo processo humano de produção de alimentos implica em um processo de conhecimento sobre como produzir esse alimento. Saber, *sabor*; *savoir*, *saveur*. As relações entre esses dois verbos têm raízes profundas no latim. As primeiras acepções do verbo *sapere* são todas ligadas ao sabor, ao paladar. Mas, qual a ligação entre o paladar e o intelecto, que vincula o gosto ao discernimento? Ora, ter um paladar apurado significa ter gostos cultivados, significa saber das coisas. É preciso conhecer para apreciar. O conhecimento se realiza primeiro pelos sentidos: audição, olfato, paladar, tato e visão. Para ilustrar essa dimensão do conhecimento, talvez possamos tomar de empréstimo, aqui, a noção de ‘imaginação material’² de Bachelard. Humberto Maturana e Francisco Varela³, biólogos chilenos, também nos lembram que, a rigor, o conhecimento está inscrito na vida: a ameba sabe. Portanto, repensar as nossas relações com os conhecimentos - porque devem ser vistos assim, como plurais - implica também estabelecer uma outra relação com os demais seres vivos.



Eu tenho estado muito próximo de povos indígenas de toda a América Latina. É muito reveladora a noção que operam de “Pacha Mama”. É intraduzível para nós, pois tendemos a excluir o homem de nossa noção de natureza, opondo cultura e natureza. Pacha Mama é a fonte da vida e não está separada dos homens. Trata-se de uma visão mais complexa e integrada do mundo. Desde a noção de comunidade, entre os povos indígenas, inclui lagos, montanhas, bichos e plantas, ao lado de seus vizinhos e deuses. Note-se que é um pensamento anímico, que não se ajusta à divisão social do trabalho científico, tal como a operamos para a produção de conhecimento. Então, existe por trás de tudo isso uma discussão epistêmica e ao mesmo tempo política. Quando se desqualifica essas outras epistemologias, essas outras formas de racionalidade, é em razão de um exercício de poder e dominação. É importante insistir nesse debate, porque os próprios cientistas abandonaram a discussão sobre os fundamentos da ciência, a epistemologia. A maior parte dos cientistas simplesmente ignora esse debate.

Mas, gostaria de voltar à tese inicial: todo grupo social, quando produz o seu alimento, está se valendo, quando não gerando conhecimento, um conhecimento que está no fazer. O pescador pode não saber dissertar sobre a pesca, mas ele sabe pescar. Então, o fazer pesca implica em saber pescar. O saber está no fazer. Por vezes, essas experiências se confundem entre nós. Pode-se escrever sobre a pesca - por exemplo, produzir-se uma tese sobre a pesca - e não se saber pescar. Não há um problema intrínseco nisso, mas o que ocorre é que normalmente se desqualifica aquele que sabe fazer, como se esse fosse um saber menor. Por que? Por que há na base dessa questão uma relação de poder. A desqualificação é uma forma de fundamentar a colonização sobre mentes e corpos.

Então, é preciso entender que a relação estabelecida por distintos grupos sociais com os seus ambientes naturais sempre está carregada de conhecimentos. Imagine o patrimônio que tem um país que ainda conta com 180 línguas indígenas. Esse é o caso do Brasil; essa é a escala da sociodiversidade brasileira. Um amplo acervo de conhecimentos está albergado nessas línguas. Mas, para reconhecer e valorizar essa diversidade cultural, essa diversidade de experiências humanas e de sistemas de conhecimentos, é preciso romper com a ideia de que só o conhecimento científico tem valor e eficácia. É preciso romper com uma perspectiva de via única para a humanidade.

Chico Mendes insistia nesse componente do notório saber dos extratores sobre a floresta. Esse saber deveria fundamentar a criação de uma reserva extrativista, por exemplo. Ou seja, aquela área pode ser demarcada em favor daquelas populações, porque elas detêm um conhecimento sobre ela, um conhecimento que garante o seu bom manejo e a sua sustentabilidade - o que, afinal, é do interesse da sociedade brasileira como um todo. Portanto, Chico Mendes projetou o conhecimento tradicional como fundamento do próprio movimento seringueiro e das reservas extrativistas.

SeD - Com relação ao Cerrado especificamente, que aspectos merecem destaque, por revelarem as particularidades e a importância do bioma?

CWPG - O meu contato com o Cerrado se deu a partir de 1996, a convite de atores sociais que trabalham na defesa do bioma e de suas populações. A partir de então, mergulhei nesse bioma, entrei em contato com camponeses do Piauí, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, toda essa área *core* do Cerrado. Nesse processo constatei haver um acervo de conhecimentos extremamente complexo e sofisticado sobre esse ambiente, acervo esse de domínio das populações locais - indígenas, quilombolas e camponeses.

Alguns atores sociais investidos da tarefa de defender o Cerrado ressentem-se pelo fato de que Constituição de 1988 não incluiu o bioma entre aqueles que são considerados patrimônio nacional, como a Amazônia e a Mata Atlântica. Mas, me parece evidente que o Cerrado ficou de fora por causa um profundo desconhecimento da sociedade brasileira sobre esse bioma, um desconhecimento que se estende ao meio científico. Quando ingressei no debate sobre o Cerrado e as suas gentes, me pareceu de imediato que era preciso mudar a subjetividade social sobre esse bioma, percebido em geral pela sociedade brasileira como um ambiente pobre, de árvores tortas. Mas, já disse o poeta que “nem tudo que é torto é errado, vide as pernas do Garrincha e as árvores do Cerrado”.⁴

O Cerrado é um bioma de grande diversidade, inclusive de paisagens, fitofisionomias e áreas de contato com outros biomas. Esse é um aspecto que merece destaque. Grande parte da literatura sobre o Cerrado menciona apenas a área *core* do bioma, correspondente a cerca de 22% do território nacional. Mas convém considerar também as áreas de transição, o que faz com que a área total de Cerrado alcance cerca de 36% de nosso território. Essa é a verdadeira extensão do bioma, que se encontram bem representada em mapa produzido pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) e divulgado por Carlos Eduardo Mazzetto Silva⁵.

Devemos ter em perspectiva também o próprio processo de formação do bioma. Afinal, o contorno atual da Mata Atlântica, da Caatinga ou da Amazônia não tem mais do que 10 ou 12 mil anos. Há um mapa produzido por Aziz Ab’Saber⁶, em que ele tenta reconstituir os domínios naturais do Brasil, no período de 18 mil a 12 mil anos atrás. Esse mapa nos permite visualizar o domínio do Cerrado, estendido sobre grande parte de onde hoje se encontra a Amazônia. Ou seja, a maior parte do território brasileiro já foi coberto por Cerrado. Há 12 mil anos atrás, com a mudança climática, com o recuo da última glaciação, é que ocorreu um avanço da floresta, ocupando a área que era originalmente de Cerrado. Isso ocorreu porque, grosso modo, durante as glaciações a água esteve imobilizada, congelada, e não circulava no planeta. Então, o clima, em geral, ficou mais seco, o que não favorecia formações florestais. Isso explica a amplitude de estepes e savanas até 12 mil anos atrás. Quando as glaciações recuam e essas águas descongelam, o mar sobe 100 metros. Não é só a lâmina de água que aumenta, também a área coberta por ela. Passa-se a ter água em estado líquido e, portanto, disponível para circulação na atmosfera.



As chuvas concentram-se nas áreas tropicais e as florestas começam a avançar. É um processo natural muito interessante de avanço da floresta sobre o Cerrado. Mas, hoje, quando se aponta para o processo inverso, de expansão do Cerrado sobre a floresta, não se trata de um processo natural, trata-se de um processo de savanização de base antrópica.

Mas, por que chamo a atenção para esse processo? O Cerrado acaba sendo um bioma de contato - com a Amazônia, com a Caatinga, com as Matas de Araucária, uma transição complexa com o Pantanal, que também é uma região sofisticada, que alguns chamam de “complexo do Pantanal”. Essas áreas de tensão, que os ecólogos designam como ‘ecótonos’ - áreas de transição Amazônia com Cerrado, Caatinga com Cerrado e daí por diante - são áreas em que o conhecimento do detalhe - dos povos indígenas, das populações quilombolas e das populações camponesas - é ainda mais importante. Trata-se de um conhecimento relativo a uma área que não tem uma característica geral, mas que tem características muito específicas. Ora, essa porção do Cerrado de contato corresponde a 14% do território brasileiro. É o Cerrado que estava na base de tudo, até que o clima mudou, dando origem a essas zonas de tensão ecológica. Essas áreas deveriam receber maior atenção.

O mesmo vale para as populações tradicionais e os seus conhecimentos. No Cerrado há populações que utilizam fundos de pasto, há geraizeiros, há retireiros, populações que têm uma diversidade cultural enorme exatamente porque detêm um conhecimento do detalhe. Particularmente nas áreas de tensão ecológica, essas populações camponesas têm grande importância. É o patrimônio dos camponeses: a diversidade, por sua sofisticada adaptação criativa aos ambientes de detalhe.

Mas, para apreciar essa diversidade, que imbrica natureza e cultura, é preciso entender a própria formação do bioma, a sua geografia, o espaço que ele ocupa e a importância de suas populações originárias. Eu adquiri uma convicção sobre esse assunto trabalhando no Cerrado, mas a fonte de inspiração foi aquela máxima de Chico Mendes, que consagrou algumas ideias que já vinham sendo formuladas. Então, parafraseando-o: não tem defesa do Cerrado, sem os povos do Cerrado. É o mesmo que no maravilhoso conto de Josué de Castro, *Homens e caranguejos*⁷, que retrata a imbricação do conhecimento com os mangues. Esse é um aspecto que não tem sido devidamente destacado no debate científico sobre o Cerrado.

SeD - Qual é, então, o papel que têm desempenhado as populações tradicionais do Cerrado (indígenas, quilombolas e camponeses) na defesa desse bioma?

CWPG - A resistência dessas populações tem oferecido à sociedade brasileira um esclarecimento sobre a riqueza do Cerrado. É por meio dessa resistência que o debate sobre a importância do bioma emerge na cena pública.

A partir da década de 1970, as pesquisas sobre Cerrado eram, majoritariamente, experimentações agrônomicas para viabilizar o plantio, a adubação, o manejo de

solo, a introdução de plantas e rebanhos no bioma, em uma clara subordinação aos interesses imediatamente produtivos. Em seguida, passou a haver um discurso velado - e que ainda persiste - de que o Cerrado deveria ser ocupado pela agricultura empresarial, até mesmo como estratégia para se preservar a Amazônia. É como se o Cerrado tivesse sido oferecido como moeda de troca pela proteção da Amazônia, quando se sabe que o processo de degradação da floresta amazônica muitas vezes é tributário da ocupação e da degradação do Cerrado. Afinal, a fronteira agropecuária se estabelece a partir do Cerrado, ou seja, essa fronteira tem no Cerrado a porta de entrada para a Amazônia.

Mas, o que parece novo tem 500 anos no Brasil. Se lembrarmos o que eram as plantações de cana-de-açúcar no século XVI, veremos que eram grandes extensões de terra, nas mãos e poucos proprietários, que produziam para o mercado externo, utilizando uma tecnologia nova: o engenho. Então, o mito da modernidade tecnológica no Brasil tem 500 anos. Nós somos modernos tecnologicamente desde essa época. O trator-computador, que faz o plantio direto no Cerrado, hoje, noticiado pela imprensa como uma grande novidade, é herdeiro do engenho adotado nas *plantations* do século XVI. Umberto Eco chama de “fundamentalismo” essas ideias amplamente aceitas, como se dispensassem qualquer argumentação; elas são tidas como boas, de forma acrítica⁸. Nós sofremos do fundamentalismo do novo, no Brasil. Latifúndio monocultor para a exportação no Brasil tem 500 anos. Então, sempre fomos modernos, mas desastrosos do ponto de vista da justiça social. O problema do Brasil não é de modernidade tecnológica, portanto. O que não temos é modernidade social, política e cultural.

Os camponeses do Cerrado têm cumprido um papel fundamental na explicitação desses aspectos de nossa cultura, da importância e da riqueza do bioma. Afinal, parte da sociedade brasileira esteve sempre desinformada sobre esses fatos.

SeD - Em alguns de seus artigos, o senhor explora as acepções originais do termo *gerais*, essa categoria nativa operada por muitas das populações tradicionais do Cerrado para designar as chapadas. O que nos revela essa arqueologia da palavra ‘gerais’?

CWPG - Há um livro fantástico de um geógrafo de Santa Catarina sobre terras de uso comum.⁹ Esse pesquisador esteve na Torre do Tombo, em Portugal, estudando os baldios, as terras comuns. Chegou à conclusão de que a categoria *gerais* indicava terras que pertenciam a todo mundo, *terras gerais*. Então, por exemplo, os nomes de algumas localidades no Brasil, como Serra Geral ou Campos Gerais, originalmente faziam referência a terras tidas como comuns.

No Cerrado, *gerais* eram as chapadas, terras que pertenciam a todo mundo. Eram áreas em que se deixava o gado solto. Ou, como dizia Guimarães Rosa, “aonde o coração permanece à larga”, ou seja, onde o coração não tem dono, está solto. É uma terra onde todo mundo poderia deixar o gado solto ou ir coletar um remédio, uma madeira; eram áreas de uso comum.



Como você bem demonstrou em sua tese de doutoramento¹⁰, a obra de Guimarães Rosa *Grande Sertão: Veredas*¹¹ é uma verdadeira homenagem ao Cerrado, porque as duas unidades do ambiente natural dão o título ao livro. Elas são as duas principais unidades reconhecidas e operadas pelos sertanejos, pelas populações locais. Você discute isso em sua tese. O que é o grande sertão? O grande sertão é a chapada, os gerais. Há as chapadas e as veredas. Nas veredas se faz as plantações, nelas há água. Os camponeses em geral não plantam nas chapadas “porque a água sorveta”, a água derrete, “feito azeitinho entrador”, escreveu Rosa. Ou seja, nas chapadas, a água não faz poça, ela infiltra a 180, 200 metros de profundidade. Por isso, o camponês não consegue plantar na chapada. Essa água que infiltra, vai formar o lençol, que escoar para a vereda. Ali, sim, ele planta. As populações tradicionais de Cerrado estabelecem, então, uma combinação de práticas produtivas, ecologicamente adaptadas às características de cada uma dessas feições.

Guimarães Rosa conseguiu retratar isso como poucos. Nenhum livro de biologia ou de geografia é tão competente quanto *Grande Sertão: Veredas* em retratar a complexidade do Cerrado. Afinal, ele consegue captar, a partir de uma cultura milenar - originada entre os indígenas e que chega aos camponeses do Cerrado - esse jogo entre a chapada e as veredas. Mas, há cerca de 40 anos as tecnologias modernas permitem a captação de água a 200 metros de profundidade, por meio de pivôs centrais. Essa mudança tecnológica despertou a cobiça pelas chapadas, antes pouco valorizadas e, por isso, deixadas a ermo, para uso comum. Aconteceu, no Brasil, um processo similar ao *enclosure* na Europa. Terras comuns, sob domínio dos camponeses, começam a ser cercadas pelos arames do latifúndio dito moderno.

Mas, na medida em que se planta na chapada, surgem também problemas nas veredas, como a contaminação e escasseamento da água. As populações já não conseguem mais ter controle sobre as dinâmicas hidrológicas, porque os pivôs centrais estão bombeando a água a partir das chapadas. Vale lembrar que 70% dessa água, extraída de camadas profundas da terra, se dispersa por evapotranspiração. Ocorre um desequilíbrio ecológico significativo, alterando ciclos que eram secularmente manejados pelos povos do Cerrado.

Para um modelo de agricultura que eu chamo de “energívora” - ou seja, que é voraz no consumo de energia - as chapadas constituem um grande negócio. O relevo plano das chapadas resulta em economia de energia, reduz o custo de operação. Por isso, essas empresas se apropriam dessas áreas, que passam a ser privilegiadas na medida em que as novas tecnologias permitem o acesso à água. Essa apropriação das chapadas pelo *agribusiness* separou as duas unidades da paisagem (os gerais e a vereda), ambientes manejados pelos povos do Cerrado. Cerca-se a chapada e avança-se com a soja, o algodão e com as demais monoculturas para exportação e isola-se as comunidades nas veredas. Nesse contexto, as populações tradicionais cumprem um importante papel político de denunciar e reivindicar a proteção dessas áreas contra os males do desenvolvimento, que implicam na perda de solos, da biodiversidade e da água, sem falar nas perdas culturais associadas.

SeD - Qual é, então, a importância do extrativismo - ou do agroextrativismo, como parece ser mais apropriado dizer - no Cerrado?

CWPG - É na chapada que ocorre o extrativismo e se solta o gado. A dimensão extrativista é muito forte nessa paisagem. Portanto, o extrativismo no Cerrado está muito ameaçado pelo *agribusiness*.

Tem-se ainda uma visão evolucionista da produção, da economia, que parte de um entendimento de que a coleta, a caça e a pesca sejam atividades primitivas, que antecedem absolutamente a agricultura. Mas, nessas culturas, que vimos chamando de tradicionais, há uma convivência dessas práticas, formando sistemas extremamente complexos e mais bem adaptados ecologicamente.

O Cerrado tem um enorme patrimônio acumulado de conhecimentos, de dinâmicas ecológicas e de especificidades e complementariedades entre as unidades da paisagem. Com base nesse acervo, nos últimos anos algumas iniciativas em torno do agroextrativismo vêm se estruturando. Algumas extraem mais de 100 produtos, a partir de resinas, frutos etc., beneficiando milhares de famílias. Essas iniciativas dão um testemunho dessa convivência entre agricultura e extrativismo, do manejo integrado das paisagens de Cerrado por seus povos.

Ao meu ver, o termo 'extrativista' é um sábio, porque nos chama a atenção para o fato de que, no fundo, dependemos de coisas que não fazemos; isso diferente de uma perspectiva produtivista. O produtivismo dá a ideia de que o homem produz tudo. Quando alguém se autodenomina extrativista, quer dizer "eu vivo daquilo que eu não produzo, mas daquilo que eu extraio, portanto, do que a natureza produz". Assim, o extrativismo guarda em si mesmo uma consciência potencial da sustentabilidade.

Vejam a inteligência que os indígenas conseguiram desenvolver para conviver com a riqueza dos diferentes ambientes naturais brasileiros. A natureza não é um problema, é uma fonte de riqueza. Esse é um dos grandes problemas do paradigma ocidental, o de brigar com a natureza, enquanto povos indígenas e populações tradicionais partem daquilo que ela oferece como condição para a vida, tiram proveito de sua diversidade. A monocultura, por sua vez, nasce como uma imposição de que as pessoas devem cultivar uma coisa só, muitas vezes produtos que não são para o consumo dos próprios trabalhadores envolvidos. Por isso, a adesão à monocultura não se deu de forma espontânea e se introduziu o trabalho escravo. A monocultura é por definição um modelo excludente. Até a experiência colonial, os povos faziam policultura. Tudo isso é o que chama-se moderno: monocultura, trabalho escravo, tecnologias (como o engenho no passado e o trator-computador no presente). Mas, estamos falando de uma modernidade colonial.

Quando se fala em modernizar o Cerrado, as populações da região tampouco são consideradas. Modernizar é, mais uma vez, sinônimo de colonizar o Cerrado, negando a existência desses povos, que se desenvolveram com a natureza, e não contra a natureza. Esses povos hoje têm um patrimônio de conhecimento que interessa à humanidade como um todo. Onde hoje estão as regiões mais ricas em diversidade



biológica do planeta? São aquelas que não passaram pelo processo de modernização.

Essas populações têm também um acervo ético-moral, oferecem um outro horizonte de sentido para a vida, distinto desse processo civilizatório que se funda na dominação da natureza e que está colocando em risco essa forma de perceber a vida. Boaventura de Sousa Santos aponta essa como uma das priores heranças do colonialismo: o desperdício de experiências humanas. No plano do pensamento, o colonialismo nos impede de aprender com essas culturas.

Na Bolívia e no Equador, na década de 1990, duas grandes marchas foram mobilizadas pelos indígenas e camponeses. Eram marchas pela vida, pela dignidade e pelo território. Esses movimentos nos oferecem um novo léxico teórico-político e recuperam o sentido da vida, pois afirmam a dignidade antes da igualdade, da fraternidade, de liberdade. É dizer: “eu sou digno na minha diferença, na minha identidade. Se você me respeita como alguém digno, é um primeiro passo para a liberdade, a igualdade e a fraternidade; e o território é também parte da minha dignidade”. Não estamos falando de algo abstrato, mas da materialidade da cultura. Esse é o novo léxico que está sendo oferecido por essas populações, que têm experiência de convivência com os ambientes, com os quais estabelecem reciprocidade e exploram complementariedades. Elas oferecem isso à humanidade. Podemos aprender com a experiência dessas populações, mas é preciso antes romper com a ideia de que sejam inferiores.

NOTAS

1 Professor do Departamento de Geografia e Coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro.

2 Carlos Walter Porto-Gonçalves. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

3 Gaston Bachelard, filósofo francês, distingue a imaginação formal, que abstrai a realidade no exercício de produção de conhecimentos sobre ela, da ‘imaginação material’, tributária do sentidos e da manipulação humana. A imaginação material aponta, portanto, para uma forma de apreensão da realidade calcada na objetividade material e dinâmica do mundo. Está também referida à vontade e ao poder de transformação humanas na manipulação da matéria. Ver Gaston Bachelard. ***A poética do devaneio***. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

4 Humberto Maturana; Francisco Varela. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2004.

5 Nicolas Behr, poeta cuiabano, radicado em Brasília.

6 Carlos Eduardo Mazzetto Silva. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: CONFEA, 2009.

7 Aziz N. Ab'Saber. Spaces Occupied by the Expansion of Dry Climates in South America During the Quaternary Ice Ages. *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 71-78, 2000.

8 Josué de Castro. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

9 Umberto Eco. *A passo de caranguejo: guerras quentes e populismo mediático*. São Paulo: Difel, 2007.

10 Nazareno José de Campos. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC/FCC, 1991.

11 Mônica Celeida Rabelo Nogueira. *Gerais a dentro e afora: identidade e territorialidade entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2009.

12 Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

